

CONTINUAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC/OSS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Foram realizadas adequações dos atendimentos eletivos de ambulatório externo, exames externos e cirurgias eletivas no HRP. A regra geral mantida foi a de garantir o atendimento aos pacientes de controle e tratamento ambulatorial contínuo e, para que isso acontecesse com maior eficiência e eficácia, foi criada uma linha de frente de atendimento direto aos municípios e pacientes exclusivamente vinculados aos atendimentos eletivos.

O Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - SADT foi totalmente reestruturado, reduzindo seu espaço de atendimento para darmos espaço ao Acolhimento de Urgência/Emergência, sendo necessário remanejar sala de exames como endoscopia e colonoscopia para o Centro Cirúrgico, desativar o Leito Dia dando espaço à sala de triagem de pacientes, já as salas: da coordenação, ultrassonografia, sala de laudos e sala de ecocardiograma foram remanejadas para o Ambulatório, ficando esses espaços disponíveis transformados em UTI e enfermaria COVID.

Para financiar esse acréscimo de serviços, com ampliação e requalificação dos leitos cínicos e de UTI do hospital, foram firmados Termos aditivos ao Contrato de Gestão 005/2018, com os escopos discriminados a seguir: 5º T.A. - para implantação de 05 (cinco) leitos de UTI Adulto, por 30 (trinta) dias; 6º T.A. - manutenção por mais 60 (sessenta) dias de 10 (dez) leitos de UTI-COVID; 7º T.A. - criação de mais 10 (dez) leitos de UTI-COVID, por 60 (sessenta) dias; 8º T.A. - recurso para aquisição de um tomógrafo de 16 (dezesesseis) canais; 9º T.A. - implantação de 33 (trinta e três) leitos clínicos COVID e ampliação de 11 (onze) leitos de UTI-COVID, por 60 (sessenta) dias; 10º T.A. - manutenção de 33 (trinta e três) leitos clínicos COVID e 11 (onze) leitos de UTI-COVID, por mais 60 (sessenta) dias; 11º T.A. - prorrogação dos leitos COVID, mantendo 10 (dez) leitos UTI-COVID e 11 (onze) leitos clínicos, por 60 (sessenta) dias.

No Hospital Regional Público de Castanhal, com o pico da pandemia de COVID, no Brasil e no mundo, exigindo medidas imediatas para suprir à demanda de leitos aos usuários do SUS da população da área de abrangência do HRPC que, atualmente, compõem 40 municípios.

Neste sentido, a ASELC-OSS realizou a abertura do HRPC, em caráter de urgência, em 23 de fevereiro de 2021 com o exclusivo propósito de prestar atendimento aos usuários do SUS portadores de COVID19. Neste sentido, leitos de enfermarias foram adaptados e chegamos a abrir mais 20 leitos de UTI além dos 40 que já fazem parte da estrutura do hospital, visando suprir à grande demanda de usuários que necessitavam urgentemente de assistência.

Em virtude da SESPA – Secretaria de Saúde do Estado do Pará ter solicitado o início imediato do funcionamento do hospital, em caráter excepcional, sem a adequada estrutura de suporte tecnológico e de apoio, a ASELC-OSS buscou no mercado empresas com disponibilidade imediata de equipamentos para contratação de diversos serviços, como: hemodiálise, tomografia, raio-X, laboratório de análises clínicas, lavanderia, SND, entre outros.

Além disso, em ambos os Hospitais, situações como a escassez de materiais e medicamentos necessários ao tratamento de pacientes com COVID19, entre eles o kit intubação e oxigênio hospitalar, devido à elevada demanda, tiveram como consequência o expressivo aumento de custos.

Os impactos relacionados a pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados e monitorados pela Entidade.

2. Base de preparação.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 10 de outubro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

a. Uso de julgamentos e estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a administração faça julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Entidade não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização para exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas são revistos periodicamente, utilizando as melhores prospecções até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas estimativas e premissas quanto a sua contabilização.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber - Contrato de gestão

As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Estadual, são registradas de acordo com seu período de competência.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A Entidade avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os itens adquiridos com verba própria da Entidade e/ou recebidos como doação de terceiros, os quais são utilizados nas atividades operacionais do hospital, poderão, de acordo com a aprovação da administração, ser doados e incorporar o patrimônio do Hospital e por consequência o da Secretária Estadual de Saúde do Pará – SESPA.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.